

dia estadual
de prestação
de contas do
PJSC



ÍNDICE

■ Produtividade	4
■ Segurança jurídica	13
■ Modernização	15
■ Combate à violência e criminalidade	28
■ Ações sociais	33

dia estadual
de **prestação**
de **contas** do
PJSC

1. PRODUTIVIDADE

O esforço dos magistrados e servidores
para mais **bem atender os jurisdicionados**



rendimento do Judiciário de SC

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina julgou em 2018, pela primeira vez nos últimos 10 anos, **mais processos do que os recebidos pela Corte em igual período**, gerando, assim, a redução de seu acervo. Desde o início de 2018 até o final de novembro ingressaram 135.531 novas demandas, e no mesmo período 141.889 processos foram julgados pelo Tribunal, restando 100.304 causas pendentes hábeis a serem decididas. A produtividade dos magistrados, em comparação com o mesmo período de 2017, **elevou-se em 11%**.

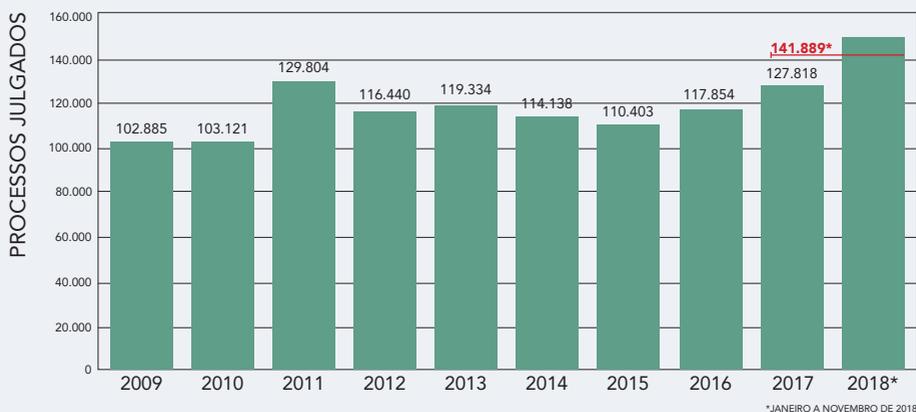
O aumento da produtividade decorreu de alguns fatores. O primeiro foi justamente a maior dedicação dos desembargadores e respectivas equipes no estudo dos processos. Além disso, **houve o aprimoramento de alguns fluxos procedimentais**, a realização de estudos aprofundados sobre aspectos sensíveis da jurisdição e, também, o ajustamento de alguns órgãos colegiados, a exemplo da extinção da “câmara de agravos” — a Câmara Civil Especial, que basicamente concentrava a análise de todas as liminares em agravos de instrumento e estava sobrecarregada — e da **criação de uma força-tarefa**, por meio de duas Câmaras de Enfrentamento de Acervos, para dar ampla vazão aos processos remanescentes da extinta Câmara Regional de Chapecó.

Processos que entraram no TJSC (de jan a nov/2018).....135.531

Processos julgados pelo TJSC (de jan a nov/2018).....141.889

Processos ativos pendentes no TJSC em 30/11/2018.....100.304

TJSC - PRODUTIVIDADE ANUAL



algumas matérias e quantidade de recursos julgados

I Improbidade

Acórdãos publicados no período.....	1.460
Quem julgou mais.....desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz (221)	
Principal origem dos recursos.....Capital (145)	

I Consumidor

Acórdãos publicados no período.....	629
Quem julgou mais.....desembargador Jairo Fernandes Gonçalves (145)	
Principal origem dos recursos.....Capital (110)	

I Violência Doméstica

Acórdãos publicados no período.....	1.096
Quem julgou mais.....desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann (100)	
Principal origem dos recursos.....Capital (201)	

I Fornecimento gratuito de medicamentos

Acórdãos publicados no período.....	1.987
Quem julgou mais.....des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (287)	
Principal origem dos recursos.....Laguna (200)	

Produtividade de órgãos julgadores do TJ

ÓRGÃO ESPECIAL

Os integrantes do Órgão Especial do TJ foram responsáveis pela publicação de 792 decisões de janeiro a outubro deste ano. Somente em Ações Diretas de Inconstitucionalidade e na classe Petições houve 308 decisões publicadas.

CÂMARAS CRIMINAIS

Os desembargadores que compõem as cinco Câmaras Criminais do TJ tiveram publicadas 28.070 decisões de janeiro a outubro deste ano. A comarca da Capital foi a que mais demandou recursos: 3,6 mil deles vieram de lá.

CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Os desembargadores das cinco Câmaras de Direito Público do TJ publicaram 34.494 decisões até outubro deste ano. A comarca da Capital foi a que mais demandou recursos: 7.464 deles vieram de lá.

CÂMARAS DE DIREITO CIVIL

Os desembargadores integrantes das seis Câmaras de Direito Civil do TJ foram responsáveis por 45.468 decisões publicadas de janeiro até outubro. A comarca da Capital foi a que mais originou recursos: 6.097.

CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL

Os desembargadores integrantes das cinco Câmaras de Direito Comercial do TJ foram responsáveis pela publicação de 31.456 decisões de janeiro a outubro. A comarca da Capital foi a que mais demandou recursos: 3.926.

VICE-PRESIDÊNCIAS

As vice-presidências do TJ tiveram papel destacado na apreciação de matérias, tanto na área administrativa quanto na esfera judicial. A 1ª vice-presidência, comandada pelo desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, tem entre as suas responsabilidades diversas comissões no âmbito do Poder Judiciário, inclusive aquelas para ingresso de magistrados, cartorários e servidores, além de ser responsável pelos estudos que culminaram no novo Regimento Interno do Tribunal. Forma, em conjunto com a 2ª e a 3ª vices, o colegiado denominado Câmara de Agravos Internos em Recursos Constitucionais e Conflitos de Competência, que registrou no período 318 despachos, 607 decisões interlocutórias, 26 decisões terminativas e 979 acórdãos, num total de 1.930 atos. Em outubro remanesciam em acervo 498 processos.

A 2ª vice-presidência, hoje sob a titularidade do desembargador Carlos Adilson Silva, e a 3ª vice-presidência, comandada pelo desembargador Altamiro de Oliveira, dividem entre si competência para admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários. Juntas, emitiram 14 mil decisões de janeiro a outubro de 2018.

2ª Vice-Presidência

Decisões nas áreas criminal e pública
proferidas de janeiro a outubro.....4.711

3ª Vice-Presidência

Decisões nas áreas cível e empresarial/bancária
proferidas de janeiro a outubro.....9.283

produtividade NO 1º GRAU

Na Justiça de 1ª grau, composta de 382 varas em 111 comarcas distribuídas por todo o Estado, **há expressivos 3,45 milhões de processos**, dos quais 2,66 mi estão em trâmite (não suspensos). De janeiro a outubro de 2018 foram ajuizadas **880 mil novas causas**, ou dois novos processos a cada minuto.

De janeiro a novembro deste ano os números demonstram significativo aumento da produção dos magistrados em relação ao mesmo período de 2017. Foram julgados 801,7 mil processos contra 677 mil no ano anterior. A produtividade dos juízes, assim, **registrou acréscimo de mais de 18%** — período em que, além disso, 915 mil causas foram arquivadas em definitivo.

Nesse cenário, recentemente o TJ realizou balanço com os maiores números de julgamento em todo o Estado na Justiça de primeiro grau no ano de 2018 (janeiro a novembro). O levantamento procurou **equilibrar os critérios de produtividade e de complexidade dos processos** analisados pelos magistrados (por esse método, por exemplo, causas da área cível tiveram maior peso do que ações de execução fiscal, menos complexas). Desta forma, não necessariamente figuram entre os mais produtivos os juízes que apresentaram o maior volume de julgamentos, mas, principalmente, aqueles que decidiram causas mais complexas e em maior número.

produtividade **NO 1º GRAU**

Juízes bem avaliados em relação à produtividade:

GRUPO	JUIZ	Nº DE DECISÕES
Juizado Especial Cível	Rafael Rabaldo Bottan	8587
Bancárias	Graziela Shizuiho Alchini	7735
Família	Marlon Jesus Soares de Souza	3987
Juizado especial criminal e violência doméstica	Giuseppe Battistotti Bellani	6504
Crime (sem juizado especial)	Edemar Leopoldo Schlösser	6287
Execução penal	Gustavo Emelau Marchiori	8390
Entrância final com 2 varas	Evandro Volmar Rizzo	7638
Entrância final com 3 varas	Gustavo Scwingel	13995
Entrância final com 4 varas	Rafael de Araújo Rios Schmitt	6229
Entrância final com 5 varas	Rafael Steffen da Luz Fontes	6961
Entrância inicial	Manoel Donisete de Souza	6960
Juiz substituto	Antonio Marcos Decker	5610

Metas do CNJ

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina ultrapassou em 2018 todas as metas estabelecidas para a Justiça de 2º Grau.

São elas:

META 1

Julgar mais processos que os distribuídos

Atual índice de cumprimento da meta.....109,28%

META 2

Julgar processos mais antigos

Atual índice de cumprimento da meta.....112,93%

META 4

Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa

Atuais índices de cumprimento:

- Combate à corrupção.....123,51%
- Improbidade Administrativa.....121,38%
- Crimes contra a administração pública.....125,89%

META 5

Priorizar o julgamento das ações coletivas

Atual índice de cumprimento da meta.....100,98%

semana da CONCILIAÇÃO

A 13ª Semana Nacional da Conciliação, realizada na Capital e em mais de 50 comarcas do Estado no início de novembro, promoveu **3,8 mil audiências**, atendeu **7,8 mil pessoas**, homologou **1,3 mil acordos** e deu azo a **1,1 mil ações sociais**.

O evento foi responsável por quase **R\$ 34 milhões** em valores acordados. Instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2006, a Semana é organizada em Santa Catarina pela Coordenadoria do Sistema Estadual dos Juizados Especiais e pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Cojepemec), sob a supervisão da desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli.



7,8 mil pessoas



R\$ 34 milhões



3,8 mil audiências



1,3 mil acordos

dia estadual
de **prestação**
de **contas** do
PJSC

2. SEGURANÇA JURÍDICA

Mais **previsibilidade**, **confiabilidade**
e **qualidade** dos julgados



índices de recorribilidade

Ao longo de 2018 as estatísticas referentes à recorribilidade e reformas das decisões judiciais melhoraram em relação a 2017. No Tribunal de Justiça, **87% das decisões proferidas este ano foram mantidas pelo STF e STJ**, ante 83% registrados no ano passado. Já no primeiro grau de jurisdição **os índices aumentaram 4 pontos percentuais**, passando de 66% para cerca de 70% o número de sentenças integralmente confirmadas pelo TJ catarinense.

Tais números são importantes não só porque representam avanços no que tange à eficiência e efetividade — além de confirmarem a qualidade dos julgados da Justiça catarinense —, mas sobretudo por dar mais previsibilidade às decisões judiciais. Neste sentido, ao conferir maior segurança jurídica, o Judiciário, ainda que de modo indireto, contribui para atrair novos investimentos e movimentar a economia.

Percentual de acórdãos do TJSC mantidos pelas Cortes Superiores

2017 – 83%

2018 – 87%

Percentual de sentenças proferidas por juízes de primeiro grau mantidas pelo TJSC

2017 – 66%

2018 – 70%

dia estadual
de **prestação**
de **contas** do
PJSC

3. MODERNIZAÇÃO

As ações para **aprimorar**
o trabalho da Justiça em SC



estudo da **JURISDIÇÃO**

Com o objetivo de identificar os principais gargalos da Justiça catarinense, a administração do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) tem promovido estudos mais aprofundados da jurisdição. Diagnósticos mostram, por exemplo, **as comarcas com maior volume de processos em relação ao número de magistrados e servidores**, o que permite definir quais unidades deverão ter prioridade na criação de varas, na ampliação do quadro de servidores e no aumento das estruturas físicas do Poder Judiciário, entre outros.

Um desses estudos, como piloto, realizou um mapeamento minucioso das atividades desenvolvidas pela Divisão de Tramitação Remota (DTR) Bancária, que **gerencia todo o trâmite processual das ações da matéria que ingressam em 10 unidades judiciais do Estado**. O levantamento teve como propósito estratificar as principais atividades da DTR, identificar seus pontos fortes e críticos e as oportunidades de melhorias, bem como analisar o tempo médio do processo nas diversas etapas. A partir dele, por exemplo, foi possível diagnosticar o tempo médio de duração de cada uma das várias rotinas por que passa um processo judicial, desde a petição inicial, a distribuição, citação, contestação e eventual instrução até a sentença proferida pelo juiz.

TRANSPARÊNCIA

O Poder Judiciário de Santa Catarina é um dos poucos do país a realizar suas compras e contratações de serviços por meio de **pregões 100% eletrônicos**. A medida confere não só maior transparência nos processos licitatórios como também **contribui para reduzir custos**, ao permitir a participação de licitantes de todo o país. Só em 2018, **o TJ economizou mais de R\$ 14 milhões** (cerca de 16% a menos do que o previsto para as contratações) com o uso da ferramenta.

O TJ catarinense também é o único do país a transmitir ao vivo, pelo canal do Youtube, todos os seus processos licitatórios de tomada de preços, convite e concorrência. A possibilidade de acompanhamento em tempo real garante franca transparência e credibilidade às licitações.



Pregões **100% eletrônicos**

Transmissão ao vivo
de todos os processos
licitatórios

JUDICIÁRIO DIGITAL

O Tribunal de Justiça lançou este ano o projeto Judiciário Digital, que consiste num conjunto de ações para **estimular o consumo consciente de papel** no âmbito do Poder Judiciário catarinense. A iniciativa inclui a reestruturação dos serviços gráficos, a redução do parque de impressoras e a implantação do sistema *outsourcing* (que limitará a quantidade de documentos impressos em todas as unidades).

Este ano já houve uma redução de 15% no uso de impressos. A Revista da Jurisprudência Catarinense, por exemplo, passou a ser **disponibilizada exclusivamente por meio eletrônico**. Já a gráfica do TJ encerrará suas atividades em dezembro de 2018 — a partir de 2019 os serviços nesta área serão terceirizados, com uma economia anual estimada em R\$ 1,5 mi.



Consumo de papel
reduziu em 15%

Economia de **R\$ 1,5 milhão**
com o fechamento da gráfica

CONTAS PÚBLICAS

Ao longo de 2018 o TJSC tem adotado uma série de medidas de austeridade para manter o Poder Judiciário catarinense com as contas em dia, seus compromissos honrados e dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Entre elas destacam-se a **desativação da gráfica**, a **verificação mais detalhada dos preços de todas as aquisições e serviços** pelo TJ e o **maior controle nos gastos com pessoal**, cujo provimento de cargos teve como principal critério a justiça na distribuição das vagas e a necessidade de atuação na atividade-fim.

obediência aos limites da **Lei de Responsabilidade Fiscal**

Em 2017, a Justiça catarinense despendeu com pessoal **5,51%** da receita corrente líquida do Estado. Já neste exercício de 2018, com o acompanhamento dos indicadores e o controle das despesas aliados ao crescimento da receita, ao final do mês de novembro o PJSC reduziu o índice de gasto com pessoal para **5,43%** da receita corrente líquida — abaixo tanto do limite prudencial quanto do limite de alerta da LRF, portanto —, com expectativa de que esse percentual diminua ainda mais.

repassse de recursos a outras entidades

Em 2018 o PJSC efetuou mais de **R\$ 88,74 milhões** em repasses a outras entidades.

Por meio da arrecadação de custas judiciais, extrajudiciais e taxa judiciária, o Poder Judiciário de Santa Catarina repassará mais de R\$ 79 milhões a fundos do MPSC, Defensoria e Secretaria de Justiça e Cidadania:

FUNDO/ÓRGÃO CONTEMPLADO	DE JANEIRO A NOVEMBRO DE 2018	ESTIMATIVA PARA O ANO DE 2018
FERMP (MPSC)	R\$ 32,67 mi	R\$ 35,09 mi
FUPESC (SJC)	R\$ 26,95 mi	R\$ 29,55 mi
FAJ (Defensoria Pública)	R\$ 11,81 mi	R\$ 14,41 mi
TOTAL	R\$ 71,43 mi	R\$ 79,06 mi

Além disso, por meio da arrecadação de penas de prestações pecuniárias, o Poder Judiciário de Santa Catarina repassou mais de **R\$ 9,68 milhões** a entidades públicas e privadas com finalidade social, como Polícia Militar, Polícia Civil e APAE. Essas ações permitiram financiar projetos nas áreas de segurança, educação e saúde.

Para além disso, o PJSC encaminhou à Alesc o projeto de lei n. 30.2/2018, que permitirá a transferência de mais de **R\$ 49,7 milhões** ao Tesouro do Estado, recurso oriundo das custas extrajudiciais.

Por fim, a Justiça catarinense pretende devolver a importância de aproximadamente **R\$ 13,2 milhões** ao Tesouro do Estado, referentes a sua parcela do duodécimo relativa à arrecadação por meio do Programa Catarinense de Recuperação Fiscal – Prefis.

Caso sejam concretizadas essas outras duas pretensões do PJSC, o total repassado a outras entidades em 2018 alcançará mais de **R\$ 151 milhões**.



Despesas ficaram **2,1%**
abaixo da inflação

Custo da folha de
pagamento está abaixo do
limite de alerta da LRF

novas unidades **JUDICIAIS**

O Tribunal de Justiça, a partir de uma análise global dos dados estatísticos do Poder Judiciário de Santa Catarina que levou em conta, fundamentalmente, **o fluxo de demandas e a necessidade de resposta mais ágil para a resolução de conflitos na área criminal**, decidiu priorizar, no primeiro ano de gestão, a implantação das unidades da Vara do Tribunal do Júri de Joinville (a segunda do Estado, além da existente na Capital, criada em 2008) e da Vara Criminal da Região Metropolitana de Florianópolis — especializada no combate ao crime organizado.

Também houve a instalação, no último dia 26/11, da **2ª Vara da comarca de Jaguaruna**, no sul do Estado. Até então Vara Única, aquela unidade registrava mais de 30 mil processos em trâmite sob responsabilidade de um só magistrado. A média de novas ações por mês, revelou o estudo do TJ, alcançava 875 processos, resultando na comarca de entrância inicial em pior situação no Estado.

No Oeste catarinense foi implantada a **Unidade Regional de Execuções Fiscais**, sediada em Itá, de forma a minimizar o volume de demandas na região de Chapecó.

VARAS BANCÁRIAS

As três Varas de Direito Bancário da comarca da Capital foram transformadas, em agosto de 2018, em Varas Regionais de Direito Bancário da Região Metropolitana, com competência territorial ampliada para absorver novos casos oriundos das comarcas de São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz. Com isso, houve também **alterações na estrutura e competência das quatro comarcas, sem qualquer acréscimo de despesas para o Poder Judiciário.**

Em São José, a então Vara de Direito Bancário foi transformada na 4ª Vara Cível. Em Palhoça e Biguaçu, as duas varas cíveis existentes tenderão a ter muito mais fluidez desde quando expurgadas da competência as matérias de direito bancário. Na comarca de Santo Amaro da Imperatriz, a mesma providência foi adotada em relação à competência de sua 2ª Vara.

As mudanças levaram em consideração a aquiescência e a produtividade dos juízes Marcelo Pizolati, Leone Carlos Martins Júnior e Sílvio José Franco, titulares respectivamente da 1ª, 2ª e 3ª Varas Bancárias da Capital, e o desempenho exitoso da Divisão de Tramitação Remota (DTR) Bancária. O segredo do sucesso, na opinião dos próprios magistrados que lá atuam, está na **especialização na matéria e na estrutura dedicada exclusivamente aos processos dessa natureza**, fatores responsáveis pelos bons índices de produtividade e consequente diminuição das taxas de congestionamento nas unidades.

PROJETO EPROC

A atual gestão do Tribunal de Justiça adotou como propósito a atualização do sistema de gerenciamento dos processos judiciais nas duas instâncias. A implantação do sistema eproc, por suas próprias características, **promete dar mais agilidade e segurança à tramitação de processos eletrônicos, aprimorar a usabilidade** pelos magistrados, servidores e advogados e **gerar grande economia** para os cofres públicos.

A primeira fase de execução do projeto-piloto — de utilização da ferramenta em novos processos de competência delegada da Justiça Federal — teve início em 30 de julho na comarca de Palhoça, com a participação da equipe técnica do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), responsável pela criação e **desenvolvimento do sistema a custo zero** para o Poder Judiciário de Santa Catarina. Hoje o sistema também está em funcionamento para a Justiça catarinense nas comarcas de Biguaçu e Itapema, e nos próximos dias será implantado em Imbituba. Já a segunda etapa do projeto, com início previsto para janeiro de 2019, contemplará as ações de execução fiscal nas duas instâncias do PJSC.

Além de oferecer mais rapidez, o *eproc* recebe as manutenções e atualizações dos próprios servidores do TRF4. Com a ampliação do novo sistema no Judiciário catarinense, os técnicos do TJSC ficarão responsáveis por essas tarefas a custo zero. Hoje, o Tribunal despense R\$ 10 milhões anuais com o atual sistema.



Implantação do sistema eproc
terá **custo zero** para o TJSC

BUSINESS **INTELLIGENCE**

Com o objetivo de melhorar cada vez mais o funcionamento da máquina pública, o TJSC tem feito uso da ferramenta de *business intelligence*, voltada ao tratamento qualificado de dados de diversas fontes — por ora dedicada sobretudo à **produtividade jurisdicional**.

Por outro lado, a partir dos próximos meses um instrumento mais completo e abrangente — recém-adquirido pelo TJ — será disponibilizado aos mais variados setores da instituição. A nova ferramenta permitirá aos gestores do Poder Judiciário catarinense **tomar decisões com mais rapidez e precisão**, lastreados em elementos mais confiáveis. Para ilustrar, ambientes de gestão como o Gabinete da Presidência, a Corregedoria-Geral da Justiça e as duas Diretorias-Gerais necessitam com frequência analisar as necessidades do Poder como um todo ou cruzar informações pertencentes a áreas distintas na organização, como, por exemplo, movimentação processual com recursos humanos, ou produtividade das unidades com afastamentos e capacitação de magistrados e servidores.

Parte da solução que atende à necessidade pública é provida por ferramentas de mercado conhecidas como *Business Analytics*, cujo objetivo principal é fornecer, de forma fácil e rápida, visões interativas dos dados e que podem ser manipuladas, filtradas, comparadas, consolidadas, agrupadas e hierarquizadas, principalmente de forma gráfica. Tais ferramentas possibilitam, entre outros, acessar dados de fontes e formatos de arquivos diversos, dados da internet e planilhas sem intrusão nos sistemas originais. Mas, mais que isso, **resguardam a transparência e moralidade públicas**.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Em 2018, o Tribunal de Justiça promoveu mudanças significativas na área de comunicação do Poder Judiciário catarinense. As novidades incluíram, entre outras ações, a **elaboração de um plano de comunicação**, o **reforço no quadro de jornalistas do TJ**, a criação de **assessorias de imprensa em cinco comarcas-polos** (Blumenau, Criciúma, Chapecó, Lages e Joinville) e o **ingresso nas redes sociais**. Desde outubro deste ano, além da página no YouTube, o Tribunal interage com a população por meio das plataformas Facebook e Instagram, ao passo que a conta do Twitter foi reativada.

A ações têm como objetivo dar visibilidade ao trabalho realizado por magistrados e servidores, bem como aproximar ainda mais o Poder Judiciário catarinense do cidadão, para que ele possa conhecer melhor o trabalho realizado pela Justiça, os seus direitos e, assim, exercer a sua cidadania.

acompanhe o
TJSC
nas mídias
digitais.



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA

**JUSTIÇA GRATUITA
é pra quem precisa!**

Exibir viagens para locais paradisíacos e ostentar bens nas redes sociais podem interferir na **concessão da Justiça gratuita**.



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA

**adoção
nunca é tardia**

Ferramenta Busca Ativa facilita encontro de quem quer adotar com as crianças e adolescentes que sonham ter uma família.



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA

**não é preciso
esperar 24h**

Ao dar queixa do desaparecimento de crianças e adolescentes, a Lei 11.259 estabeleceu que a busca seja realizada imediatamente após notificação aos órgãos competentes.



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA

**o amor acabou?
a responsabilidade não!**

Usar filhos como instrumento de vingança pelo fim da vida conjugal é **crime**.



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA

**BÊ-A-BÁ DO
juridiquês**

Habeas Data

É o direito do cidadão de **ter acesso ao seu cadastro** em órgãos de governo ou empresas privadas, quando forem de caráter público.



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA

COMARCAS-POLOS



dia estadual
de prestação
de contas do
PJSC

4. COMBATE À VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE

Contribuições do Judiciário
na área da **segurança pública**



100% DOS PRESOS cadastrados no BNMP

Todas as pessoas privadas de liberdade em Santa Catarina estão cadastradas no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0), censo informatizado e atualizado com dados dos presos brasileiros. Disponível desde agosto de 2018, a nova versão do BNMP contou com o auxílio do TJSC em seu desenvolvimento, na condição de estado-piloto, ao lado das Justiças de São Paulo e Roraima.

Uma força-tarefa do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional (GMF/TJSC), sob o comando do desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann, fez o levantamento geral e incluiu no BNMP sete mil mandados de prisão e 20 mil prisões. Entre os estados do país, **Santa Catarina é o 9º com maior número absoluto de presos** (20.378 reclusos), o que representa 3,39% da população carcerária do país. Quase 73% dos presos em SC cumprem penas em regime de execução provisória ou definitiva e 26% ainda esperam julgamento.



7 mil mandados de prisão

20 mil prisões

3,39% da população
carcerária brasileira

AUMENTO DE 322% no uso das tornozeleiras eletrônicas

Desde fevereiro até outubro deste ano houve um aumento de **322% no uso de tornozeleiras eletrônicas em Santa Catarina**. Antes, 252 pessoas usavam o equipamento; hoje são 813. No mesmo período, o número de comarcas que disponibilizam as tornozeleiras saltou de 31 para 54 (acréscimo de 74%).

Além de diminuir a superlotação carcerária, essa tecnologia representa **economia aos cofres públicos** — o valor unitário é de R\$ 159 por mês, enquanto cada preso recolhido ao sistema, conforme região e unidade prisional, custa de R\$ 1,5 mil a R\$ 3 mil mensais.



Saltou de **252** para **813** o número de pessoas que usam o **equipamento**

QUASE 10 MIL medidas protetivas concedidas

Em outubro de 2018 havia **41.743 processos em andamento envolvendo violência doméstica contra a mulher** em Santa Catarina. Em todo o ano de 2017 foram fixadas 8.952 medidas protetivas; em 2018, até o início de novembro, já foram impostas 9.257 medidas protetivas.

No Tribunal, as campanhas e políticas institucionais visando o enfrentamento desse tipo de violência são de responsabilidade da **Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar** (Cevid), sob comando da desembargadora Salete Sommariva.



Medidas protetivas saltaram de **8.952** em 2017 para **9.257** em 2018

audiências de custódia **EM TODO ESTADO**

Em Santa Catarina, **desde outubro toda pessoa presa em flagrante é apresentada a um juiz criminal no prazo de 24 horas** após a comunicação do ato, nas chamadas “audiências de custódia”. As audiências ocorrem em 35 comarcas regionais, responsáveis pelo atendimento das 111 comarcas do Estado. Além do magistrado, cada audiência reúne um promotor de Justiça e um advogado de defesa ou defensor público. Hoje, **52,6%** das pessoas apresentadas ao juiz são soltas ou cumprem outras medidas penais.

As audiências são realizadas todos os dias, inclusive finais de semana, feriados e recesso, sendo vedada a videoconferência. O objetivo é proporcionar ao cidadão detido a **oportunidade de defesa perante um magistrado**. Diagnóstico apresentado pelo CNJ aponta um número desproporcional de pessoas presas provisoriamente no Brasil.



No primeiro mês,
1156 audiências foram
realizadas em todas as
comarcas do Estado

dia estadual
de **prestação**
de **contas** do
PJSC

3. AÇÕES SOCIAIS

Medidas em prol
do **cidadão catarinense**



NOVOS CAMINHOS

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina participa, desde a sua criação, do programa Novos Caminhos, desenvolvido em parceria com a Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e mais oito entidades.

De 2013 até dezembro de 2017, um total de 814 adolescentes e jovens havia sido matriculado no Novos Caminhos. O programa hoje atende 260 alunos em 76 municípios no Estado de Santa Catarina.

O principal foco do programa é proporcionar aos adolescentes em Serviços de Acolhimento a participação em atividades socioeducativas que favoreçam mudanças no seu comportamento e **potencializem a aquisição de competências para inclusão no mundo do trabalho** (estágio, trabalho efetivo e aprendizagem).



814 adolescentes e jovens participaram do programa

Hoje, o programa atende **260 alunos** em **76 municípios** do Estado

canal direto entre o *cidadão e a instituição*

O TJ de Santa Catarina, como qualquer outro tribunal, mantém à disposição do cidadão um espaço aberto para manifestações, críticas, sugestões ou solicitações.

Em 2017, a Ouvidoria recebeu 3.470 demandas, número este muito inferior ao já atingido somente de janeiro a outubro de 2018: 5.133 contatos, que deram origem a 3.676 manifestações por setores do Judiciário catarinense.

O aumento mais expressivo das demandas, em comparação com o mesmo período do ano anterior, teve relação com pedidos afetos a serviços jurisdicionais propriamente ditos (atividade-fim): um incremento de 158%.

Para 2018, também merece destaque a canalização à Ouvidoria das cartas de pessoas presas intermediadas pelo Supremo Tribunal Federal. Assim, em comparação com o mesmo período do ano anterior, **houve aumento de 358% na quantidade de cartas recebidas pelo setor** (692 missivas de janeiro a outubro de 2018).



Somente de janeiro a outubro, recebeu **5.133 contatos**, que deram origem a **3.676 manifestações**

programa de valorização *dos servidores na aposentadoria*

O TJ, por sua Diretoria de Gestão de Pessoas, tem promovido eventos interativos com o propósito de orientar e de valorizar os servidores na iminência de se aposentar. Cuida-se de iniciativa destinada, por um lado, a **preparar os futuros aposentados a encarar de forma positiva e sadia essa nova etapa da vida** e, de outro, a oportunizar que a instituição manifeste seu agradecimento às pessoas que por anos e anos dedicaram esforços ao bom funcionamento da Justiça.

R\$ 10 milhões em projetos DE RELEVÂNCIA SOCIAL

O Tribunal de Justiça regulamentou a destinação, o controle e a aplicação dos valores provenientes da prestação pecuniária (sistema de destinação dos valores oriundos da pena restritiva de direitos, da transação penal e da suspensão condicional do processo) e investiu R\$ 9,6 milhões em projetos inovadores e de grande relevância social. O montante foi **destinado a quatro projetos:**

a) inquérito policial audiovisual, b) escolta socioeducativa, c) câmeras policiais individuais, d) projeto aquisitivo de materiais de resgate e salvamento para emprego em aeronaves na mesorregião de Florianópolis.

Para o Inquérito Policial Audiovisual, da Polícia Civil do Estado, o repasse foi de R\$ 1.904.318,20. A Escolta Socioeducativa, do Departamento de Administração Socioeducativa, recebeu R\$ 320.950,00. Para o Projeto Câmeras Policiais Individuais PMSC, em parceria com o Comando-Geral da Polícia Militar, o repasse chegou a R\$ 6.207.616,00. Já para o Projeto Aquisitivo de Materiais de Resgate e Salvamento para emprego em aeronave na mesorregião de Florianópolis, com o Batalhão de Aviação da Polícia Militar, o repasse foi de R\$ 26.279,22.



Destinou **R\$ 9,6 mi** para
projetos inovadores e
de relevância social



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina